

Diário do Legislativo de 07/08/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 69ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 7/8/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 72/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que estabelece condições para as instituições particulares de Ensino Fundamental, de Ensino Médio e de Ensino Superior do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que

apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.332/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Felisburgo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.354/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraúba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 7/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.367/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.377/2007, do Deputado Gustavo Valadares; e 1.383/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.024/2007, do Deputado Weliton Prado; 1.105/2007, do Deputado Carlos Pimenta; 1.160/2007, do Deputado Weliton Prado; 1.237/2007, do Deputado Gil Pereira; 1.249/2007, do Deputado Carlos Mosconi; e 1.386/2007, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 7/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.290/2007, do Deputado Adalclever Lopes.

Requerimentos nºs 884 e 885/2007, do Deputado Carlin Moura e 905/2007, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 7/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 143 e 1.231/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.239/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.318/2007, do Deputado Sebastião Costa.

Requerimento nº 894/2007, do Deputado Eros Biondini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Domingos Sávio, Elmiro Nascimento e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/8/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger Presidente e Vice-Presidente e de designar relator.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2007.

Antônio Júlio, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da Comissão de Direitos Humanos; os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 8/8/2007, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a presença de convidado, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre a implementação das regras de promoções advindas da Lei Complementar nº 95, de 17/1/2007, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de RESOLUÇÃO Nº 1.287/2007

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria desta Comissão, o projeto de resolução em tela tem por objetivo aprovar de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica.

Nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, de 1993, que disciplina a tramitação da matéria, coube à Comissão de Constituição e Justiça apreciar preliminarmente o projeto, oportunidade em que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Dando prosseguimento, cumpre a este órgão colegiado emitir parecer sobre o assunto, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 188, c/c o art. 102, IX, "e", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Resolução nº 1.287/2007 trata de conceder aprovação prévia de legitimação de gleba situada no lugar denominado Fazenda Cabeceira do Brejo, Município de Montezuma, com área de 157,0642ha, em favor de Christiana Lemos Turza Ferreira.

Em atendimento ao que dispõe a legislação regente da matéria, a alienação de tal imóvel, cujo processo foi instruído pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter-MG -, dar-se-á mediante compra preferencial, ou seja, a legítima posseira terá prioridade para adquirir o bem, de acordo com o preço de mercado.

Tal medida reflete a política rural adotada pelo constituinte mineiro em consonância com a competência atribuída ao Estado de promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo, conforme dispõe o art. 247 da Constituição Estadual.

Diante desses esclarecimentos, constitui justa medida a concessão de domínio em tela a quem de fato participou ativamente e de forma produtiva na ocupação do território mineiro.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1.287/2007, no 1º turno.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2007.

Vanderlei Jangrossi, Presidente e relator - Antônio Carlos Arantes - Padre João.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 1º/8/2007

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, servidores da Casa, servidores da imprensa, em um dos primeiros pronunciamentos por mim feitos nesta Casa, reclamava da situação de abandono de minha querida cidade natal, Virgolândia, especialmente no que diz respeito à ausência da pavimentação asfáltica: minha cidade não tinha, e não tem ainda, o asfalto.

Passados cinco meses, tive a oportunidade, agora nesse recesso, de visitar a minha querida cidade e não poderia deixar de registrar que volto

dessa visita com muita alegria, pois pude constatar pessoalmente que as obras para a instalação de asfalto já começaram por lá.

As máquinas estão em pleno vapor. Finalmente, as cidades de Virgolândia, de Coroaci e de Nacip Raydan terão, merecidamente, sua pavimentação asfáltica. Tive oportunidade de visitar as frentes de trabalho, as empreiteiras que lá estão e voltei muito satisfeito ao ver que aquela região do Nordeste mineiro, do Vale do Rio Doce passa a ser contemplada com obras que já deveriam ter sido realizadas há muito tempo, mas antes tarde do que nunca. Esse é o motivo do nosso registro e da nossa alegria.

O principal motivo que me traz a esta tribuna para esse pronunciamento é relatar também a visita que fiz no dia 25 de julho à cidade de Dom Joaquim, próxima à nossa querida Conceição do Mato Dentro. Estive naquela cidade especialmente para participar de uma palestra promovida pela Mineradora MMX a respeito da construção de uma mina de minério de ferro e de um mineroduto. Sr. Presidente, essa palestra foi de fundamental importância por nos revelarem algumas preocupações. Estavam lá presentes os Prefeitos de Conceição do Mato Dentro, de Dom Joaquim, de Carmésia. A população compareceu com grande expressão, assim como as comunidades de Conceição do Mato Dentro, de Santo Antônio do Itambé. O "Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Conceição do Mato Dentro" contou com a presença do nosso querido Prof. Gabi Fernandes, do nosso querido dirigente sindical e dentista Alessandro Pires, o Leleco.

Essa palestra da MMX traz alguns pontos importantes para o nosso debate no Plenário desta Casa. Primeiro, existe uma grande questão sobre a ida da mineradora para aquela região. Parece-me que uma parte da população está muito satisfeita porque a ida de uma mineradora para uma região pode, num primeiro momento, gerar riqueza, renda e postos de trabalho. Porém, outra parte da população levanta alguns questionamentos, especialmente em relação ao impacto ambiental que a mineradora poderá causar na área, especialmente por se tratar de região próxima à nossa querida Serra do Cipó, área de preservação ambiental, patrimônio de biodiversidade mundial, um dos únicos com tamanha biodiversidade. Então, uma parte da população ainda tem muitas dúvidas sobre a dimensão desse impacto ambiental. Por isso esse debate precisa ser aprofundado para que possamos saber o que é melhor para a região, para sabermos se a ida da mineradora não vai causar prejuízos ao meio ambiente e ao patrimônio natural da região. Acredito que esse seja um debate muito técnico, e precisamos aprofundá-lo através de órgãos de avaliação ambiental, tais como o Igam, a Feam e outros órgãos de controle dos impactos ambientais no Estado. Como essa é uma questão muito técnica, tenho dificuldade em opinar sobre o benefício da instalação dessa mineradora naquela região. Esperarei a avaliação dos órgãos técnicos e a conclusão dos estudos e os relatórios de impacto ambiental para emitir minha opinião sobre isso.

Os estudos e o relatório do impacto ambiental, num primeiro momento, trazem algumas preocupações, como, por exemplo, a dimensão da cava da mina, a área onde será coletado o minério, o que pode causar prejuízos ao meio ambiente. Esse é um debate que está em curso.

O segundo aspecto que acho importante nesse debate, caso essa mina se instale na região, é que os Municípios de Conceição, Dom Joaquim, Carmésia, Alvorada de Minas e outros devem começar a discutir também sobre a importância da luta que Minas Gerais está travando hoje em defesa do aumento da alíquota da contribuição financeira sobre as extrações de recursos minerais.

Porque hoje essa contribuição sobre o minério de ferro é somente sobre 2% do faturamento líquido das empresas, valores que consideramos ínfimos e muito inferiores ao que deveriam ser, porque o preço público do minério de ferro, nossa principal riqueza, é muito aquém, por exemplo, do preço público pago pelo petróleo no Brasil, o chamado "royalty" do petróleo, que varia de 5% a 10% do faturamento bruto. Isso faz uma diferença muito grande, e Minas Gerais tem perdido muito com isso. É importante que esses Municípios também façam esse debate para que a contribuição financeira sobre os recursos minerais seja melhorada na sua alíquota e se faça justiça a Minas Gerais.

O terceiro aspecto mais importante, que considero grave e já merece o nosso posicionamento, independentemente ou não da ida da mineradora para lá, diz respeito à transposição do Rio do Peixe. No projeto original da mineradora, o transporte do minério de ferro retirado será feito através de um mineroduto, que coletará a água do Rio do Peixe na cidade de Dom Joaquim e a transportará para o Estado do Espírito Santo. A preocupação que esse mineroduto nos traz é que será coletado algo da ordem de 3% a 10% da vazão do rio.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Parabenizo-o pela sua fala e gostaria apenas de fazer um pequeno adendo: já fizemos uma primeira reunião na Assembléia Legislativa, pela Comissão de Meio Ambiente, juntamente com os Deputados Fábio Avelar e Sávio Souza Cruz, discutindo a questão do mineroduto, que vai de Conceição ao Rio de Janeiro, num total de 525km, passando por 32 Municípios.

No dia 1º de julho estive em Dom Joaquim, onde há uma preocupação muito grande no que se refere à utilização da água. Então, o que V. Exa. nos narra força-nos a uma reflexão. Também já solicitamos uma outra audiência, a ser realizada na cidade do Serro, trazendo também à lide o pessoal do Ibama, por causa do licenciamento federal. Na realidade, é um conjunto de atores e instituições envolvidas no licenciamento desse empreendimento, que é importante, mas precisa ser avaliado do ponto de vista a que V. Exa. se refere. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço o aparte do nobre Deputado Wander Borges, um dos Deputados mais entendidos desse assunto nesta Casa, por ter sido Prefeito de Sabará, cidade histórica e também mineradora. É justamente nesse aspecto, Deputado Wander Borges, que a questão da água mais nos preocupa, porque, no projeto original, a coleta do Rio do Peixe será em torno de 10% da vazão, na sua origem, correspondendo hoje a 2.500.000 litros de água, por hora, por hora, da cabeceira do rio, que é afluente dos Rios Santo Antônio e Doce. Isso é muito significativo e pode comprometer o abastecimento de água de toda a região. Esse número é considerado uma média do rio, hoje, em seu pleno funcionamento, porque, depois que a mineradora estiver em funcionamento, estará com a cava da sua mina de coleta de minério justamente na serra que abastece as nascentes do Rio do Peixe. Quando a mineradora estiver em funcionamento, o próprio rio terá diminuída a sua capacidade. Portanto, de 3% a 10% de captação da água do Rio do Peixe para transposição - é uma verdadeira transposição -, numa região tão importante para Minas Gerais, é verdadeiramente preocupante.

Num momento como este, em que tanto se discute a integração de bacias do São Francisco, onde se coletará 1% da água do rio - o que tem preocupado os mineiros -, imaginem pegarmos de 3% a 10% da vazão do Rio do Peixe.

Então, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, considero que esse é um debate de fundamental importância. Em um primeiro momento, uma vez confirmada a presença da mineradora, que, como já disse, depende de estudos técnicos, e não vou emitir opinião se deve ou não ir para aquela região, tenho o convencimento de que a melhor forma de transportar esse minério seria a construção de uma rede ferroviária. Por que uma rede ferroviária? Porque a rede ferroviária, além de transportar o minério, poderá transportar outros produtos dos Municípios e poderá também integrar pessoas, trazer e levar pessoas, levar turistas para a região. Trata-se de uma região turística, e a rede ferroviária poderá levar esse grande empreendimento para lá. Essa rede ferroviária será mera integração com a malha ferroviária que já existe, diga-se de passagem, desde a década de 50, na época do saudoso Juscelino Kubitschek, para a cidade de Guanhães, que fica a pouco mais de 30km. Já havia um projeto da construção de uma rede ferroviária justamente para o transporte do minério de ferro.

Quem sabe é um momento importante para fazermos esse debate e, em vez de construir um mineroduto, construiríamos uma rede ferroviária na região? É uma forma, aliás, de combatermos o monopólio da rede ferroviária hoje exercido pela Vale do Rio Doce. Por meio da sua rede ferroviária, a Companhia Vale do Rio Doce não permite o transporte de outros produtos que não sejam exclusivos da Vale do Rio Doce.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a comunidade levantou um aspecto que considero de fundamental importância: a Mineradora MMX disse que aproveitará a mão-de-obra dos trabalhadores da região. Considero essa proposta boa, mas, para ela ser viabilizada, é preciso dar formação técnica e profissional aos jovens estudantes da região. É uma formação técnico-profissional não se faz

da noite para o dia, demora, pelo menos, três anos.

Queria aproveitar e fazer um desafio: se queremos valorizar a mão-de-obra da juventude de Dom Joaquim, de Conceição do Mato Dentro, de Carmésia e de Guanhães, vamos implementar, de imediato, o curso técnico profissionalizante que a empresa já tem prometido. Vamos abrir, imediatamente, a escola do Senai para dar formação técnico-profissional aos jovens. Mesmo que a mineradora não se instale lá, esses jovens terão um patrimônio que ninguém tirará deles: sua formação profissional.

Trago para o Plenário desta Casa esse debate, que está apenas começando, mas que é de fundamental importância para um Estado de nome Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, TV Assembléia, assessores, meus amigos e minhas amigas, é com renovado apreço que estamos retornando neste segundo semestre, movidos, mormente e acima de tudo, pelos interesses maiores do povo de Minas.

Peço a Deus que ilumine os nossos trabalhos, pois, com certeza, teremos o dever e a honra maior de representar o povo mineiro.

Que as minhas primeiras palavras sejam de parabéns ao caríssimo colega Deputado João Leite, por ter a sua querida filha Daniela recebido inúmeras medalhas, três de ouro e uma de bronze.

Sem dúvida alguma, a presença de V. Exa., de sua esposa e de sua família, para nós mineiros e para seus colegas, foi motivo de muita alegria e de muita torcida.

Ontem, Deputado João Leite, já registrei isso aqui: que fiquem gravados nos anais da Casa os cumprimentos à Daniela. Também faço questão de manifestá-los a V. Exa., pessoalmente, em razão da satisfação e do apreço que temos pelo ilustre e querido colega Deputado João Leite. O exemplo dela e também o de outros mineiros, com certeza, consagraram o espírito público esportivo de Minas Gerais nesses Jogos Pan-Americanos. Tenho certeza de que essa é a voz de todos os Deputados neste momento em que V. Exa. está em processo de ressaca de alegria e felicidade. V. Exa. que sempre foi um grande vencedor e que hoje recebe a alegria de sua querida filha Daniela.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Srs. Deputados, em nome do BSD, gostaria de me congratular com o nosso companheiro Deputado João Leite pelas medalhas recebidas por sua filha Daniela, que vem numa esteira de sucesso.

O nosso companheiro João Leite, como Atleta de Cristo, jogador do Atlético e da Seleção Brasileira, ao lado de sua esposa, Eliana Aleixo, que também foi medalhista no Pan-Americano de Porto Rico, revela que o sucesso é de família: o Deputado João Leite no futebol, e sua esposa Eliana no vôlei. E agora, como árvore boa dá fruto bom, vem a Daniela brindar-nos a todos nós, mineiros e brasileiros, com tantas medalhas de ouro e de bronze. Isso nos toca fundo o coração e nos deixa extremamente gratificados pelo João, pela Eliana e, principalmente, pela Daniela.

Outros mineiros, parece-me que foram sete no total, também obtiveram medalhas, principalmente o nadador Tiago Pereira, que conseguiu seis medalhas de ouro e uma de bronze. Investindo na nossa juventude e nos nossos atletas, os resultados são positivos.

Gostaria de deixar consignadas, no oportuno pronunciamento de V. Exa, as congratulações do nosso BSD ao Deputado João Leite, à sua esposa e à sua filha Daniela, pelo triunfo que conseguiram nos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro. Era o que gostaria de deixar consignado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Infelizmente, o pronunciamento de V. Exa. ficará comprometido, dada a importância e a emoção do momento.

Gostaria de manifestar ao meu querido amigo e companheiro João Leite toda a felicidade que sentimos neste momento. Quando a sua filha recebia a primeira medalha, foi com emoção que enviei uma mensagem a ele, porque conheço a personalidade do João e vi que ele estava vibrando.

O Deputado João Leite é uma pessoa que mostra que é possível fazer mudanças, ou mesmo mágica, por meio do esporte. A própria cidade do Rio de Janeiro se rendeu à magia do Pan-Americano, com a diminuição dos índices de violência.

Hoje, o Deputado João Leite é um pai orgulhoso e vitorioso, o que não aconteceu por acaso, dado o investimento da família, do pai e da mãe, e o incentivo para que a filha deles representasse o nosso país. Foram muitos meses e até anos longe de casa. Por isso, é necessário que incentivos como esse sirvam de exemplo para toda a juventude brasileira.

Muito mais importante do que isso é que os governos se conscientizem de que o Brasil é um País fantástico, onde é possível realizar, fazer e mudar.

Isso acontece quando existe o querer.

Então, João, em meu nome, em nome da minha esposa, Cláudia, das minhas filhas, dos seus companheiros, de toda a Assembléia e de todo o povo de Minas, receba as nossas emocionadas homenagens. Que Deus conserve a sua família bela e bonita, como é. Que você continue a incentivar outras filhas, outros filhos, outros jovens, para que o Brasil possa dar essa grande demonstração de competência, de comprometimento e, acima de tudo, de humildade, que é próprio do nosso país.

Obrigado, Dalmo, por este momento. Parabéns, João Leite!

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)* - Deputado Dalmo, parabeno-o por seu trabalho, por ter essa lembrança. V. Exa. tem sido um colega, um parceiro de todos os Deputados desta Casa. Isso é muito bonito. Sempre preciso e oportunamente, tem-se posicionado mostrando sua solidariedade e vibrando com a vitória dos seus pares, dos seus colegas. Assim, parabéns por seu pronunciamento.

Manifesto também a minha alegria, os meus parabéns ao Deputado João Leite. Quero dizer a V. Exa. que, acima de tudo, nesta vida, quem planta colhe. De cada semente por você plantada, com certeza, Deus faz com que, na sua plenitude, floresça o melhor fruto. Está aí o grande fruto desse casal maravilhoso, você e sua esposa. Suas filhas trazem essa alegria como filhas e, agora, trazem alegria a todo o Brasil.

Sua filha, bem como tantos outros mineiros que foram ao Pan e trouxeram suas medalhas, é um orgulho para todos nós, mineiros.

Quero dizer que o mineiro fez bonito no Pan-Americano. Foi até lá, como o nosso maratonista, saindo às vezes até como azarão. Mas a persistência mostra que nem sempre os favorecidos, que saem na frente, vencerão. Ele nos deu mostras, também, de que não existe ninguém imbatível nessa vida. Há a humildade, a persistência e o trabalho.

Deputado João Leite, V. Exa. está começando a colher o que tem plantado. Que Deus abençoe sempre você e sua família. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado a V. Exa. pela lembrança.

Tenha a certeza, Deputado Fahim Sawan, de que, ao homenagear a Daniela e o Deputado João Leite, queremos homenagear todos os atletas mineiros.

Não poderia haver um exemplo maior como esse do Deputado João Leite e de sua filha, por tudo que V. Exa., Deputado Fahim Sawan, manifestou. Realmente, quem planta colhe. O Deputado João Leite é uma figura excepcional nesta Casa. Guardamos dele, nos nossos corações, as melhores recordações. Hoje, sem dúvida alguma, é o alvo maior das nossas homenagens carinhosas por tudo que está vivendo nesses dias maravilhosos.

Com muito prazer, concedo aparte ao caríssimo amigo, Deputado João Leite, o papai coruja do Pan.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Estou escalado como papai coruja.

Agradeço a manifestação, Dalmo, que V. Exa. faz da tribuna da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Da mesma forma, agradeço as manifestações de todos os Deputados, representados aqui pelos Deputados Ademir Lucas, Carlos Pimenta, Fahim Sawan, e por todos os colegas que me cumprimentaram.

A vitória é da Daniela, por sua perseverança como atleta. Isso é muito importante na vida do atleta, pois ela encontrou muitas dificuldades, muitas resistências no caminho, que é próprio do esporte, mas demonstrou essa perseverança. Todos os atletas encontram dificuldades e sofrem de alguma forma alguns preconceitos. Vemos que eles vencem essas barreiras, bem como o esporte.

Essa manifestação da Assembléia de Minas, com uma pauta, com comissões funcionando, é essencial. V. Exa. é um Deputado importante nesta Casa, Presidente de uma das mais relevantes comissões.

Recebo sua manifestação como sendo ao esporte de Minas Gerais, que é tão importante, que faz parte da economia e da auto-estima do Estado de Minas Gerais, que agora tem alguns campeões pan-americanos na natação e na maratona, como Franck Caldeira. É interessante que se fale que é campeão de Sete Lagoas, o nome das cidades de Minas Gerais. Eles venceram.

O Deputado Wander Borges está reclamando porque Sabará também teve seu medalhista, assim como Nova Serrana. O pessoal começa a cobrar. Como o esporte é importante para o Estado em todos os sentidos! Que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais reserve esse tempo para reverenciar nosso esporte, mostrar seu compromisso com o esporte. Esse compromisso tem-se traduzido até nos documentos encaminhados a esta Casa. Temos o projeto estruturador do esporte em Minas Gerais graças à Assembléia Legislativa. Foram os Deputados desta Casa, coordenados pelo Deputado Ivair Nogueira, Presidente da Frente Parlamentar do Esporte, que fizeram essa emenda. Depois, houve várias ações no último ano, a partir da Frente Parlamentar do Esporte.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, esperamos que, após essa sua manifestação, continuemos juntos apoiando o esporte e criando, efetivamente, o orçamento para o esporte em Minas Gerais. Aí poderemos ter outros como Franck Caldeira, mais representantes do nosso Estado ganhando medalhas e indo para os Jogos Pan-Americanos e para as Olimpíadas.

Agradeço-lhe por conceder-me o aparte e pela sua manifestação dessa tribuna, em que homenageia minha filha Daniela, hoje filha de todos os mineiros. Sempre lhe digo que ela representa as meninas do nosso país, porque esse é um esporte feminino. Tive oportunidade de ir a uma apresentação da Seleção Brasileira no Espírito Santo, onde acontecia um torneio de todas as escolas municipais de Vila Velha. Fiquei impressionado ao ver como trabalham a auto-estima das crianças, desde a feitura do coque e da maquiagem para se apresentarem.

Portanto, agradeço a homenagem que V. Exa. fez, dizendo que a Daniela é tão responsável que nem veio para casa, pois já está em Vitória treinando. Proximamente, viajará para o mundial, e espero que o Brasil consiga sua vaga na Olimpíada de Pequim, e que ela esteja lá, representando Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - V. Exa. é merecedor.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Queremos aliar-nos a toda essa alegria do Legislativo pelo sucesso da filha do colega, Deputado e amigo João Leite. Nós, pais, renovamos e revivemos nossa alegria no sucesso e no êxito de nossos filhos. Acabamos projetando muito das energias amorosas que carregamos nessa relação com os filhos. Nada mais merecido, tanto para a Eliana e para o João quanto para a família. E para nós, mineiros, é um orgulho muito grande que o Legislativo se volte em um momento desses para homenagear um colega que tantos méritos tem na atividade esportiva. Estou junto de vocês e de todos os parlamentares neste momento de alegria.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado. Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas considerações neste momento importante em que estamos reiniciando o segundo semestre. Hoje, nossa Comissão de Justiça já fez sua primeira reunião às 9h30min. Gostaria de fazer um agradecimento muito especial aos nossos colegas da Comissão - Deputados Sebastião Costa, Neider Moreira, Hely Tarquínio, Delvito Alves, Gilberto Abramo e Sargento Rodrigues - pela maneira com que a Comissão conduziu o primeiro semestre dos destinos do Parlamento mineiro.

Faço muita questão de relatar que designamos 1.359 projetos e relatores; aprovamos 592 proposições pela constitucionalidade, 250 pela inconstitucionalidade, 254 em diligência e 50 projetos foram retirados de tramitação. Esse foi um momento importante da nossa Comissão, sem dúvida alguma um grande avanço de trabalho. Tenho certeza de que este segundo semestre será tal qual o primeiro, com muito trabalho e dedicação dos nossos Consultores e assessores e da nossa Comissão de Justiça.

Sr. Presidente, gostaria da concessão de mais 1 minuto para manifestar o nosso agradecimento ao Governador Aécio Neves em favor da Defensoria Pública. A nossa Assembléia, em tantas oportunidades, abriu a discussão, recepcionou os Defensores e participou da greve, ouvindo inúmeros Defensores, entre eles o Presidente da Adep e o nosso Defensor-Geral, que buscavam junto ao governo a melhoria dos seus salários.

Felizmente, o Governador, pela sua sensibilidade, estabeleceu o piso para início de carreira em R\$6.580,00 e para a Classe Especial em R\$10.000,00. Tenho certeza de que essa não foi apenas uma grande vitória da Defensoria Pública, mas também deste Parlamento, porque todos nós, Deputados, manifestamo-nos solidariamente nesse projeto da Defensoria Pública. Todas as vezes que fomos solicitados, agimos proativamente, fosse para realização de audiência pública, fosse para acolher a presença dos Defensores.

A greve foi finalizada. E tenho certeza de que devemos agradecer muito ao nosso Governador por sua sensibilidade e, acima de tudo, por restabelecer a preocupação e demonstrar maior interesse com os incansáveis Defensores Públicos.

Parabenizo o Dr. Eduardo, o Dr. Leopoldo e todos os que conduziram esse projeto, particularmente por essa solução que, em boa hora, o Governador apresentou definitivamente. Parabenizo também o Deputado Doutor Viana, que muito contribuiu para essa solução. Manifesto aqui os agradecimentos ao Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, ao Presidente desta Casa e a todos os Deputados que também foram ao Palácio, cobraram ações por meio da participação nas audiências públicas e receberam aqui os nossos Defensores.

O momento é de muita alegria, pois temos o que festejar: o cumprimento da palavra do nosso Governador com a classe da Defensoria Pública, que é tão valorosa, aguerrida na defesa dos mais necessitados, daqueles que buscam justiça nas nossas comarcas.

Parabéns, Defensores Públicos, por essa grande vitória, que também é do governo e da Assembléia Legislativa! Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, inicialmente, quero cumprimentar o Deputado João Leite, a Daniela, a Eliana, enfim, toda família que honrou o esporte mineiro e brasileiro. Isso não poderia ser diferente numa família de pessoas tão dignas e da qualidade de esportistas como o João Leite e a Eliana. E, agora, os seus filhos trilham esse bonito caminho. Portanto, somo-me às congratulações.

Sr. Presidente, nesse período de curto recesso de alguns dias, aproveitei o tempo para fazer um exame, um estudo mais apurado sobre o Orçamento do Estado de Minas Gerais e a sua execução no primeiro semestre, a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi -, que são públicos, colocados à disposição pelo próprio governo do Estado.

Fiz uma análise da execução dos 33 programas estruturadores no primeiro semestre e um relatório completo dessa execução: programa e fonte de cada uma dessas ações que integram os 33 programas estruturadores. Tudo foi feito junto à assessoria técnica do Bloco PT-PCdoB e, junto à área da criança e do adolescente, foi feita a análise da execução orçamentária do chamado Orçamento Criança, que é mais complexo.

São vários documentos. Inscrevi-me hoje, mas talvez precise de mais duas ou três reuniões ordinárias para fazer essa análise completa.

Pelo tempo de que disponho hoje, farei uma análise mais sucinta da execução dos 33 programas estruturadores no primeiro semestre, lembrando que a característica do programa estruturador é ser prioritário. De tudo que se faz no Estado, esses são considerados os programas prioritários.

Infelizmente, a projeção não será tecnicamente adequada, razão pela qual farei uma leitura. Antecipo dizendo que, dos 33 programas estruturadores, a média de execução foi de 24,17%, quando era de se esperar que, até o meio do ano, o governo executasse, no mínimo, 50% do seu Orçamento.

Dos 33 programas estruturadores, apenas 3 ultrapassaram a média de 50%, ou seja, 30 projetos estruturadores prioritários do governo tiveram execução orçamentária inferior a 50%. Farei leitura para fornecer dados comparativos aos Deputados, para que tenham uma visão, projeto por projeto, dessa execução orçamentária.

Agrominas: Agregação de Valor, Rastreabilidade e Certificação de Cafés em Minas Gerais, 6,55%; Ampliação de Vagas e Modernização da Gestão do Sistema Prisional, 22%; Arranjos Produtivos Locais - para estimular a geração de renda em Minas -, 1,17%; Centro Administrativo, 17%; Choque de Gestão - Pessoas, Qualidade e Inovação na Administração Pública, 10,64%; Circuito Cultural Praça da Liberdade, 2,99%; Corredores Radiais de Integração - uma péssima execução -, 0,57%, talvez uma das menores execuções; Empresa Mineira Competitiva - uma alta execução -, 75,98%.

Quanto à energia elétrica para o Noroeste mineiro, realizado pela Cemig, essa informação não foi disponibilizada pelo Siafi. Estrada Real, 11,68%; Gestão Ambiental, 15,74%; Inclusão Digital, 1,28%; Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, 9,57%; Infra-Estrutura de Transportes, acima da média, 54%; Infra-Estrutura de Transporte do Triângulo - Alto Paranaíba, 20%; Lares Geraes, programa de habitação do Estado, 10,89%; Melhoria e Ampliação do Ensino Fundamental, 23%; Minas Esporte, 21,60%; Minas sem Fome, segundo dados disponíveis, 1,32%. Há que apurar melhor a execução da Emater, não disponível, o que pode fazer aumentar esse nível de execução.

Modernização da Fazenda Estadual, 11%; Parceria Público-Privada, 0,60%; Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários, o Pró-Acesso, 15,70%; Plataforma Logística, 4,97%; Pró-MG - Programa de Recuperação e Manutenção da Malha Viária, 28%; Programa de Combate à Pobreza Rural, execução acima, 57% - esse é um dos 3, entre os 33, que estão acima do que deveriam estar; Programa do Primeiro Emprego, 11%; Projeto Jaíba, 10,45%; Redução da Criminalidade, 19%.

No Regionalização da Saúde, tivemos 34%; na Revitalização do São Francisco, 22%; no saneamento, estão disponibilizados nos dados da Copasa, no Saúde em Casa tivemos 19,26%; e na Universalização e Melhoria do Ensino Médio, 27%. Do total de R\$3.000.000.000,00 disponíveis para os programas estruturadores, apenas R\$748.000.000,00 foram realizados. Um total de 24,17% do que deveria ter sido executado. No mínimo, se fosse seguir a progressão dos meses do ano, deveríamos ter uma execução média de 50%.

Sr. Presidente, levanto esses dados até para iniciarmos um processo de acompanhamento dos programas neste ano de 2007. Cada um desses programas tem a sua lógica e gerência próprias. Portanto, devem ter os argumentos próprios de execução orçamentária tão baixa.

Eu até aqui adianto porque, daqui a pouco, poderá vir um Deputado da base do governo para dizer que a execução do governo federal também é baixa. Quero dizer que somos Deputados Estaduais de Minas Gerais. Nossa preocupação hoje deve ser apenas com o Orçamento do Estado.

Há programa com 0,5% em 100%. É lógico que pode haver programas que dependem de transferência de recurso. Mas isso está aqui. Há um relatório, com programa por programa. Na outra vez em que trouxe os dados já houve aquele argumento fácil de que o governo federal também não teria repassado.

Tenho essa execução orçamentária aqui por fonte. Quando a fonte é a transferência, a execução às vezes é mais alta do que quando a fonte é recurso próprio do Estado. Esse acompanhamento da execução orçamentária é um trabalho muito sério que a Assembléia pode e deve fazer para ajudar o governo.

Pode haver algum problema de gestão em alguns programas. Pode haver programa em que houve atraso de licitação, no caso de obra. Pode haver algum programa que dependa de licenciamento ambiental. Pode também haver programa que dependa de recurso de convênio que não tenha sido ainda acertado.

Tudo isso é possível de acontecer. Não estou fazendo uma análise definitiva de terra arrasada, de incompetência na gestão dos 33 programas estruturadores do Estado. O fato é que quando percebemos a execução de áreas em que o recurso é vinculado, principalmente na saúde e na educação, a média aumenta um pouco. Já quando saímos dos programas estruturadores e fazemos a análise do orçamento global, é diferente.

Por exemplo, o Orçamento Criança atinge de 12% - e se calcularmos o orçamento indireto - a 17% do conjunto do Orçamento do Estado. Até o meio do ano, temos uma média de 43% de execução orçamentária, bem próximo do que deveria ser. A análise pura e simples do Orçamento Criança é mais positiva do que a dos projetos estruturadores.

Mas por quê? Quando analisamos as áreas de educação e da saúde, onde se concentram os investimentos de atenção na área da criança, como são recursos que exigem a vinculação, no caso, a execução é alta. Quando analisamos as áreas da cultura, da cidadania e da assistência social, no Orçamento Criança, verificamos que o recurso é mais baixo. Isso acontece porque o recurso não é vinculado.

Quando olhamos o conjunto orçamentário, temos as despesas de pessoal que são pagas, mês a mês, o que eleva o nível de execução orçamentária. Quando fazemos a análise das emendas - eu gostaria de saber como anda a execução orçamentária das emendas dos Deputados. Não trouxe esse dado. Trouxe apenas dados das emendas populares.

Deputado Domingos Sávio, concederei aparte, com o maior prazer, a V. Exa., mas antes quero concluir o meu raciocínio inicial.

O nível de execução orçamentária das emendas populares é de 12,89%, estando abaixo da execução orçamentária média que é de 24% dos estruturadores. Está abaixo ainda dos 43% do Orçamento Criança.

Imagino que as emendas parlamentares estejam abaixo desses 12% - pelo menos as que foram apresentadas pela Oposição; não sei as da base do governo. Como o conjunto das emendas é um pedaço do Orçamento, o mais importante neste momento é a execução dos projetos estruturadores, que são os prioritários e tiveram 24,17%. Esses são dados do Siafi, portanto oficiais, trazidos pela competente assessoria técnica do Bloco PT-PCdoB.

- No decorrer deste pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Obrigado, Deputado André Quintão. Quero contribuir para este debate. De fato, todos devemos acompanhar a execução orçamentária dos nossos Municípios, do Estado e do governo federal. Afinal de contas, o Orçamento nada mais é do que o dinheiro do povo, que precisa ser bem aplicado, para que ele receba de volta os benefícios, frutos do seu próprio esforço e trabalho.

Gostaria de fazer algumas ponderações. Ao analisar a aplicação orçamentária do governo do Estado, talvez V. Exa. não tenha levado em consideração alguns aspectos que precisam ser considerados. V. Exa. diz que, ao analisar a folha de pagamento, a despesa com pessoal, verifica um gasto que obedece a um cronograma lógico de execução mensal. Isso não é observado em todas as outras rubricas, o que é natural.

Deputado André, fui Prefeito e sei como se executa um orçamento. V. Exa. também conhece bem essa matéria. Gostaria apenas de ressaltar que a execução orçamentária, ao envolver programas, obras, ações e serviços do governo, vincula-se a uma série de atividades que podem, no primeiro semestre, ocupar-se da licitação, da organização de determinadas ações. E, efetivamente, a liquidação, o pagamento acaba-se acumulando no segundo semestre. É óbvio que há um volume maior de execução orçamentária de algumas rubricas no segundo semestre. Não fosse assim, provavelmente o governo federal não teria como explicar a manchete de hoje do jornal "Folha de S. Paulo", ao divulgar que foram aplicados, em média - e é assustador -, apenas 10% do Orçamento.

Antes de entrarmos em recesso, li um material retirado do Siafi por volta do dia 20 de julho ou um pouco antes, provavelmente dia 17, que dizia que o governo federal havia aplicado, até o início do mês, 0,02% na rubrica de política de direitos humanos, 5% nos investimentos em rodovias federais, 15% em segurança de tráfego aéreo - infelizmente, li isso no dia seguinte ao terrível acidente em Congonhas.

Portanto, Deputado André, é preciso que a análise seja feita, e parabeno V. Exa. No que diz respeito ao trabalho em prol das políticas públicas de apoio à criança - V. Exa. sabe que também participo da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente ao seu lado e de tantos outros Deputados -, estaremos juntos cobrando, propondo e contribuindo para que o governo efetivamente não apenas execute o Orçamento previsto, mas pratique políticas públicas adequadas para esse segmento. Mas é preciso haver ponderação, para não correremos o risco de passar uma imagem e idéia ao espectador de que o governo está parado. E, na verdade, não é o que ocorre em Minas Gerais, onde o governo Aécio Neves tem feito um trabalho sério, inovador e que, certamente, ao final deste ano, demonstrará isso por meio de números. Obrigado, Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Parece que o tempo se esgotou. Portanto, neste momento final, gostaria de dizer que estamos apenas iniciando um debate, porque há inúmeras tabelas, cada programa estruturador tem uma lógica interna, alguns dependem de recursos transferidos e outros não.

Acredito que os argumentos apresentados pelo Deputado são válidos apenas para algumas áreas. Algumas não têm obra física, não dependem de licitação.

Isso deve ser questão de gestão. Há ainda a execução orçamentária por fonte, que dependeu de convênio, de recurso próprio do governo. Estou com todos esses dados.

Nosso objetivo é trazer o governo para esse debate a fim de sabermos como está a qualidade da gestão em Minas Gerais, principalmente na área social. Creio que isso é o mínimo que a Assembléia Legislativa pode e deve fazer, principalmente nós, do Bloco PT-PCdoB, que integramos a Oposição nesta Casa. Fazemos questão de discutir o Estado de Minas Gerais. Também é muito importante discutir a execução orçamentária do governo federal, que dependemos muito dos Estados e Municípios no que se refere à transferência e ao repasse de recursos.

Hoje é o primeiro dia de retorno, e teremos a oportunidade de discutir programa por programa. Há programas com 0,5%, 1% de execução orçamentária. Com a competência dos Deputados da base de governo, travaremos um bom debate nos próximos dias. Obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, profissionais da imprensa, pessoas que trabalham no dia-a-dia da informação, telespectadores que acompanham as atividades deste Parlamento por meio da TV Assembléia, senhoras e senhores, há alguns dias, coletei dados para, nesta oportunidade em que se reiniciam os trabalhos legislativos, aqui fazer um comentário sobre um assunto que, na minha avaliação, é de palpitante atualidade. Acompanhei os colegas que vinham homenageando e reconhecendo o valor e o trabalho da filha do ilustre Deputado João Leite. O assunto que abordarei tem muito que ver com o futuro de nossos atletas, que dependerão dos nossos aeroportos para participar das olimpíadas.

O País está no ar, perplexo, diante da inoperância do governo federal, que vem demonstrando não haver muitas pistas onde ele poderia pousar. Numa cruel metáfora com os desmandos do setor aéreo brasileiro, mostra que está desorientado, falta-lhe percepção para resolver questões que, às vezes, poderiam ter soluções rápidas e simples.

Nessa linha de raciocínio, lembro-me do Aeroporto de Confins e também do Aeroporto de Goianá, cujo funcionamento até hoje nem sequer foi autorizado, com a vocação extraordinária para o transporte de carga. Associando a esse raciocínio, também posso valorizar a disposição e, sobretudo, a visão que o governo de Minas teve quando construiu a Linha Verde, facilitando o acesso de pessoas ao Aeroporto de Confins.

Há cerca de um ano, por exemplo, o Comandante José Afonso Assumpção, com a autoridade que lhe confere sua experiência profissional e empresarial, sugeriu que Confins passasse a operar como um centro distribuidor de vôos, idéia aplicada nos Estados Unidos, com sucesso, nas cidades de Atlanta e Dallas, longe, portanto, da Capital desse país, o que ajudou a racionalizar as rotas para Nova Iorque e outros centros desse próspero país.

Além de já possuir infra-estrutura adequada para isso, as recentes obras da Linha Verde, como disse e repito, reiteram, de modo decisivo, a vocação de Confins para aliviar o caos aéreo dos Estados vizinhos. Insistir com os aeroportos das grandes cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo é, naturalmente, dar oportunidade para o azar, como vem ocorrendo nos últimos dias e aconteceu recentemente no aeroporto em São Paulo.

Por sua privilegiada geografia e pela capacidade técnica dos seus terminais, Minas terá, ainda, outras opções utilizáveis. Refiro-me ao Aeroporto de Goianá, próximo a Juiz de Fora, com sua pista de 1.600m, 60m de largura e conexão terrestre rápida com o Rio - apenas 2 horas de carro - e outras regiões a ela ligadas, como as BRs-040, 116 e 262, e cuja utilização em larga escala está a depender de uma tardia homologação da Anac.

Abordando esses temas, quero fazer um raciocínio para o momento. Estão falando com insistência na construção de um aeroporto em São Paulo. Ora, se há essa demora para homologar o aeroporto da cidade de Goianá, na Zona da Mata, que tem quase cinco anos de construído, presume-se que, para construir um novo aeroporto e homologá-lo, precisaremos, naturalmente, de 15 a 20 anos. Precisamos ter uma solução rápida para a questão, e, nesse aspecto, Minas Gerais oferece condições propícias, porque se preparou para isso, embora não desejasse tais tragédias em outros Estados da Federação. Mesmo assim se preparou, facilitando o acesso a Confins, que propicia uma infra-estrutura que satisfaz e atende às necessidades e poderá ser transformado em um centro distribuidor de vôos, caso haja vontade do governo federal em resolver a questão em curto prazo.

A urgência do assunto e a previsão de duplicação da demanda aérea em quatro anos não nos permitem esperar outros 10 ou 15 anos, no mínimo, na busca de uma solução, pela conclusão de um novo aeroporto paulista, e muito menos correr o risco de ver essa esperança diluir-se diante da fugaz retórica do governo da União.

Na direção oposta a esse vazio, agiu mineiramente o Governador Aécio Neves, em nosso Estado, facilitando o acesso a Confins e permitindo, assim, que hoje, caso haja por parte das autoridades federais disposição de enfrentar o problema para buscar solução, Minas possa oferecer essa alternativa para o governo federal e para o País como um todo.

Na mesma linha de raciocínio, uma integração aérea regional no terminal da Pampulha continuará... E quero registrar que a Infraero manifestou o desejo de construir mais uma pista na Pampulha, mas isso foi corajosamente rejeitado pelo governo de Minas, porque seu desejo e prudência sugerem manter o Aeroporto da Pampulha como um elo de integração regional, já que, por parte do governo do Estado, há a disposição de dotar, até o final do mandato, 250 cidades do interior de Minas com aeroportos, como aconteceu recentemente na progressista cidade de Manhuaçu.

Mas, ao abordar esse tema, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero fazer um alerta: não se encontra solução com proselitismo; solução de governo encontra-se com ação concreta. E ação concreta não é aquela que vai reparar os danos às vítimas, porque não há nada que repare esses danos, não há valor pecuniário que devolva a tranqüilidade, o entusiasmo e a alegria àquelas famílias das vítimas dessa tragédia. Solução de governo é uma ação prévia e determinada, com projetos, planejamento e, sobretudo, determinação. Não se pode tratar um assunto importante como esse e de tamanha relevância fazendo, dois ou três dias após uma tragédia, uma homenagem dando medalhas por bons serviços prestados, como aconteceu em Brasília, fato amplamente divulgado pela imprensa.

Quais são os serviços? O que pensa ou quer o governo federal para tratar de um assunto de tamanha relevância?

Concedo aparte ao Deputado João Leite, para depois concluir o meu raciocínio.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Sebastião Costa, V. Exa. faz nessa tribuna um discurso sobre um tema que, neste momento, interessa a todos os brasileiros; aliás, até esperava que fosse tratado nesta tarde, ou seja, que falássemos sobre ele e abordássemos a situação da infra-estrutura brasileira. V. Exa. falou sobre a infra-estrutura aérea, dos aeroportos e da segurança dos nossos vôos. É interessante que anteriormente o Deputado Domingos Sávio trouxe os números da segurança aérea brasileira, de execução orçamentária, que é pífia. Isso interessa ao Brasil todo. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais deve falar da execução orçamentária da segurança aérea do País.

V. Exa. falou sobre a infra-estrutura das nossas estradas. O Brasil está chocada com a morte de 200 brasileiros num acidente aéreo. Todavia, nesse período, já tivemos 600 mortes nas nossas estradas. Saiu agora o número assustador de mortes em Minas Gerais, dos 25% da malha rodoviária federal no Estado. Não só Minas Gerais, mas todo o Brasil está chorando os mortos nesse acidente aéreo e nos acidentes ocorridos nas nossas estradas.

V. Exa. fala muito bem sobre essa questão. Além disso, lembra como Minas Gerais tratou tão bem dela ao levar os vôos para Confins, que possui uma pista de 3.000m, um sítio aeroportuário adequado, com espaço de saída para as aeronaves no caso de algum acidente; retirou-os da Pampulha, apesar de uma pista de 2.300m e mais espaço do que Congonhas. Minas Gerais tratou isso com seriedade. Todos nós agora reconhecemos o que fez o Governador Aécio Neves e o que V. Exa. aborda na tribuna, levantando essa questão com tanta propriedade. Saúde

o seu esforço para que tivéssemos em Manhuaçu, mais precisamente em Santo Amaro, o nosso aeroporto, que é tão importante para a nossa região exportadora de grãos e de café. A região agora tem o seu aeroporto para os grandes negócios.

Parabéns pelo pronunciamento, aliás, é o pronunciamento do dia que a população de Minas Gerais aguardava. Agradeço-lhe o espaço para manifestar-me neste tão importante discurso.

O Deputado Sebastião Costa - Deputado João Leite, obrigado. Sei que é uma pessoa de elevado espírito público. Naturalmente, esperava que viesse de V. Exa. uma manifestação como essa, já que tem enorme sensibilidade para as questões de interesse de Minas Gerais e do Brasil.

Em respeito ao Deputado Fábio Avelar, consulto o Sr. Presidente Deputado Doutor Viana se poderia conceder-lhe aparte, já que o meu tempo está-se esgotando.

Deputado Fábio Avelar, é um prazer ouvi-lo neste momento.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado Sebastião Costa, gostaria também de cumprimentá-lo nesta tarde por trazer à tona assunto tão importante, que, na realidade, comoveu a nós, brasileiros, como um todo. Faço referência a esse assunto dos aeroportos. Queria dar aqui o meu testemunho sobre o que representa uma vontade política para enfrentar os problemas.

Há aproximadamente quatro anos apresentei nesta Casa um requerimento para que se criasse uma comissão especial dos aeroportos. Tive o privilégio de ser o seu relator. Nessa oportunidade, durante aproximadamente um ano de trabalho, escutamos nesta Casa todas as pessoas ligadas aos diversos segmentos da aviação e da sociedade como um todo. Tivemos aqui depoimentos impressionantes, principalmente de pilotos aposentados que sempre levantavam a questão do risco do aeroporto da Pampulha, no momento em que o governo federal, em conjunto com o Município de Belo Horizonte, pretendia fazer uma reformulação total desse aeroporto. Graças a Deus isso não foi à frente.

Gostaria de dizer que naquela época, durante esse debate, ficou claro que a vontade do governo é muito importante. Em todos os nossos debates, sentimos que o único aspecto que impossibilitava, segundo as autoridades da época, a revitalização do Aeroporto de Confins era a acessibilidade desse aeroporto, o que foi enfrentado com rapidez pelo governo Aécio Neves.

Neste momento em que estamos consternados, poderíamos também dizer que, naquela época, já se levantava a possibilidade de transformar o Aeroporto de Confins em um aeroporto "hub". Durante todo esse tempo, não vimos sequer uma ação, por menor que fosse, do governo federal e da Infraero nesse sentido. Entendemos que a tragédia ocorrida no País traz novamente a todos essa possibilidade de reflexão. Sabemos que o Aeroporto de Confins atende a todas as exigências para transformar-se nesse aeroporto. Aliás, há a possibilidade de sua pista ser duplicada, o que, no nosso entendimento, resolveria de uma maneira definitiva a questão. Só esperamos, Deputado Sebastião Costa, que não tenhamos outro acidente para, então, alertar as nossas autoridades.

O Deputado Sebastião Costa - Agradeço ao Deputado Fábio Avelar. Compreendo e conheço o trabalho de V. Exa. nesse sentido, até mesmo as sinalizações dadas por aquela comissão especial.

O que acontece hoje, Deputado, é que, no governo federal, a responsabilidade fica sendo jogada de um para outro, de Herodes a Pilatos, de Pilatos a Herodes, e a coisa não se concretiza. Por isso eu digo: todo problema adiado é problema agravado. A crise está só se agravando por falta de uma ação concreta. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana. Retorno a este Plenário exatamente para continuar as considerações a respeito do processo de acompanhamento do Orçamento do Estado. Queria aqui já reiterar a importância desse trabalho. Desde a Constituição de 1988, temos um ciclo orçamentário composto pelo PPAG - prioridades de quatro anos -, pela LDO, pela Lei Orçamentária Anual e pelo PMDI, no caso mineiro. É um dos trabalhos mais importantes do Poder Legislativo deve ser exatamente o de acompanhar a execução do Orçamento, pois a execução orçamentária revela a intensidade da ação do poder público e sua prioridade - e é o recurso do contribuinte que está sendo gasto. O acompanhamento da execução orçamentária é um dos indicadores de eficiência de um governo.

Evidentemente, além da execução orçamentária, temos que avaliar os resultados: se as metas estão sendo atingidas, se os resultados estão interferindo na qualidade de vida das pessoas. Não basta executar ou gastar o Orçamento, tem-se que executar bem, atingir as metas, ter efetividade, além da própria eficiência. Dessa forma, retomo aqui o debate que comecei neste dia.

É preocupante, Sr. Presidente: se temos um montante de R\$3.000.000.000,00 previsto para um conjunto de 33 programas estruturadores - e até 30 de junho somente R\$748.000.000,00 foram realizados, ou seja, um valor correspondente a 24% -, este é o momento de a Assembléia Legislativa indagar ao governo o porquê de uma execução orçamentária tão baixa.

Porque considero esse trabalho muito sério, evito aqui fazer análises definitivas que antecipem uma avaliação das motivações de uma execução orçamentária tão baixa. Mas alguns números são preocupantes. Temos o Programa de Inclusão Digital, com execução orçamentária inferior a 2%. Arranjos produtivos locais, com 1,17%. Programas com 0,57%, 1,28%, 2,99%, ou seja, uma execução orçamentária muito aquém da média desejada. Se o ano tem 12 meses, em 6 meses já deveria ter sido gasta a metade do Orçamento, ou seja, já deveríamos ter 50% de execução orçamentária. Há programas que têm 1%, 2%, 3%. Dos 33 programas estruturadores, apenas 3 estão acima da média de 50%.

Fiz aqui também a tabela da execução orçamentária das emendas populares. Desenvolvimento da Capacidade Institucional das Diretorias Regionais da Sedese, 2,28% de execução orçamentária; Gestão da Política de Assistência Social, 7,24%; Informatização dos Conselhos Tutelares, 6,97%; Recursos do Fundo da Infância para Apoio aos Municípios e Entidades, 0% de execução orçamentária; Combate à Violência e Exploração Sexual Infante-juvenil, 0%; Programa Família Acolhedora, 0%; Capacitação de Professores de Educação Infantil, 0%. Temos aqui algumas emendas populares que nem sequer começaram a ser executadas, e outras que já estão com um nível interessante. Aqui mencionamos os dois lados. Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte, 35% de execução orçamentária; Apoio ao Adolescente Egresso, 28%; Apoio ao Consea, 64%.

Então, em algumas áreas, tivemos um nível de execução acima da média, mas, no conjunto dessas emendas populares, tivemos uma média de execução de 12,89%. Repriso aqui: a média geral de execução do chamado Orçamento Criança é de 43%, ou seja, no geral, fugindo dos programas estruturadores.

Se vamos analisar essa execução por função, o que podemos perceber é o seguinte: no caso da educação, a função tem 42% de execução; na função segurança pública, 38%; na função administração, 37%; já na função assistência social, 5,77%. Por que as funções educação e

administração têm um nível de execução dentro da média? Porque são recursos vinculados, recursos destinados a pagamento de pessoal e recursos de transferência. No caso do Orçamento Criança, outro dado importante: muitas vezes o governo argumenta que não executou porque não veio o recurso do convênio, do governo federal, de outra fonte. Para se ter uma idéia, no caso da execução do Orçamento Criança, o maior nível de execução é exatamente em fonte de recurso advindo de convênio, acordo e ajuste, 51,46%, portanto acima da média de 42% de execução orçamentária. Isso quer dizer que, em relação às outras áreas que não estão executando adequadamente, não se trata de ausência de transferência de recurso federal, mas talvez dificuldade de gestão ou de liberação de recurso do próprio Tesouro Estadual.

No caso do Orçamento Criança, poderíamos também aqui fazer essa análise por programa relacionado à criança e ao adolescente.

Melhoria do Ensino Médio, um programa, 48% de execução, acima da média e próximo da média desejável de 50%; Desenvolvimento do Ensino Fundamental, 47%; Alimentação Escolar, 46%; Atendimento à Educação Especial e à Educação Infantil, 45%. Ou seja, todos os programas relacionados à educação estão na média desejável de execução orçamentária. Mas, ao verificarmos Integração Social pelo Esporte e Lazer, 3%; Suporte ao Dependente Químico, 15%; e Minas Esporte, 37%, podemos ver que há alguns programas, como Inclusão Digital, 0%, que não são oriundos de recursos vinculados, em que a execução orçamentária é muito baixa. Numa análise superficial, já podemos identificar isso. Ou seja, projetos estruturadores em áreas com recursos vinculados estão na execução mediana. Os que dependem de uma ação mais protagonista do próprio governo do Estado, que não exige a vinculação constitucional, têm uma execução orçamentária mais lenta. Particularmente, alguns programas chamam a atenção. Por exemplo, o de Inclusão Digital, com 1,28%; Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, 9,57%. Até acredito que esse programa tem uma execução muito abaixo da média de anos anteriores, em razão de um acréscimo orçamentário do programa Poupança Jovem, para o qual há uma previsão de R\$50.000.000,00, que integra o estruturador Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas. É um programa novo, começa num piloto em Ribeirão das Neves, portanto ainda não se iniciou sua execução, o que pode justificar uma execução abaixo da média dos anos anteriores. Mas, mesmo tirando o programa Poupança Jovem - até temos de discutir questões relacionadas à metodologia de sua implantação, mas fica para um debate posterior -, queria alertar para o fato de que a execução orçamentária de programas de assistência social está aquém do desejado.

Do ponto de vista de gestão e de qualificação de empenho - é uma área que acompanho -, queria até ressaltar a seriedade das pessoas, hoje, à frente da Sedese, a começar pelo Secretário, Deputado Federal Custódio Mattos. Então, não vai aqui nenhuma crítica dirigida ao órgão gestor dessa política, até porque sei do valor que têm tanto os gestores quanto os servidores da Sedese. Mas pode estar havendo algum problema na liberação dos recursos orçamentários para essas áreas. Muitas vezes o governo libera recurso para áreas onde ele tem necessária vinculação constitucional. E algumas áreas não têm, como a área da assistência social, onde há uma série histórica negativa, em Minas Gerais, de aplicação de recursos - em média, o governo do Estado aplica somente 0,2%, 0,3% do seu Orçamento -, o que é um problema crônico no Estado.

Sabemos também que os Fundos - o Fundo para a Infância e Adolescência, principalmente -, não costumam receber dotações orçamentárias diretamente do Tesouro. Muitas vezes são áreas que ficam para o final, que não são atendidas, contempladas. Como um representante também das áreas da criança e do adolescente, da segurança alimentar, da assistência social, venho trazer esses dados não só da área social, mas também de outros programas. Falei do Agrominas, que tem 6,5% de execução orçamentária; do Estrada Real, com apenas 11% de execução orçamentária; Lares Geraes, com apenas 10%; Plataforma Logística, com 4,97%.

E faço esse trabalho sabendo que muita gente do governo o aplaude. Também já integrei o Executivo e, muitas vezes, quando o Legislativo fiscaliza, quando o Legislativo acompanha a execução orçamentária, quando o Legislativo faz um trabalho responsável de acompanhamento de metas, de resultados, o próprio gestor aplaude esse trabalho. É um trabalho que ajuda a empurrar a máquina burocrática, a máquina administrativa, muitas vezes lenta, muitas vezes com o papel suplantando o interesse do cidadão, a burocracia à frente do interesse do ser humano; muitas vezes uma certa morosidade excessiva - ou na tomada de decisão, na liberação de recurso ou na implantação de um programa. É muito importante que a Assembléia faça esse trabalho agora, no meio do ano. Não adianta chegar em dezembro e chorar sobre o leite derramado: "olha, temos aqui só 20% de execução!".

Lembro-me de que, em 2005, quando fizemos a análise dos programas estruturadores de 2004, percebemos que metade dos programas não havia executado 50% do previsto; ou seja, naquele momento, em 2004, até por ser início de governo, o que agora não é, pois agora é o quinto ano do governo Aécio Neves, primeiro ano do segundo mandato, não houve troca de gestor. Até discordando do nobre e competente Deputado Domingos Sávio, uma coisa é um governo estar começando, quando há um rearranjo administrativo. No caso de Minas, houve até, novamente, o mecanismo das leis delegadas para agilizar a adequação mínima que o governador efetuou no início do ano. Então, é o quinto ano do governo estadual sob a mesma gestão. Trago aqui esses dados esperando que possamos, quem sabe, até ser convencidos ou até ajudar. E falo de maneira muito sincera. Muitas vezes alguns entraves que fogem à competência do gestor de um programa podem estar inibindo a plena execução orçamentária. Isso pode estar acontecendo. Às vezes é uma lei que precisa ser aprovada na Assembléia, às vezes é um contado mais ajeitado no governo federal, às vezes é um convênio que está sujeito a algum questionamento jurídico. Cada programa, cada projeto pode ter a sua justificativa.

Não vim aqui para jogar pedras na execução orçamentária, até porque seria leviano, sem compreender os mecanismos intrínsecos de gestão, e estes não estão disponíveis, nem cabe estarem disponíveis no Siafi, que é um sistema de acompanhamento da execução orçamentária. Aí, precisaríamos dos relatórios analíticos de cada programa estruturador. E considero que esse é o grande salto que a Assembléia pode e deve dar.

Voltarei a esse assunto, mas, dentro do tempo que me foi concedido pelo nobre Presidente desta Casa, mudarei de assunto.

Querida aqui, publicamente, registrar que hoje, também com a presença do Deputado Padre João, estivemos presentes na posse do novo Reitor da PUC Minas, nosso Bispo Auxiliar D. Joaquim Mol, uma pessoa de mais alta estima, competência, qualidade humanística, educacional, de gestão, que sucede o Prof. Eustáquio Araújo, conhecido como Tacão, que fez um belíssimo trabalho à frente da PUC Minas. Hoje, assumiram o D. Joaquim Mol e a Prof. Patrícia Bernardes, como Vice-Reitora. Foram empossados pelo Grão-Chanceler Arcebispo Metropolitano D. Walmor de Azevedo.

Na PUC Minas, entidade de ensino superior quase cinqüentenária, criada pelo saudoso D. João Resende Costa, que, infelizmente, não está mais entre nós, tive a honra de passar alguns dos melhores anos da minha vida, cursando Serviço Social. Lá também se formaram alguns alunos conhecidos da nossa vida pública, como o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, e cujo corpo docente conta, de maneira licenciada, com o atual Ministro Patrus Ananias.

A PUC Minas realiza um trabalho não só na região metropolitana, no "campus" São Gabriel, Coração Eucarístico e Barreiro, mas também em Contagem, em Betim, em Arcos, em Poços de Caldas e em outras regiões de Minas Gerais.

A PUC Minas tem a missão educacional dentro do compromisso com a vida e daquela preocupação humanista que inspira os seus trabalhos, principalmente na área da extensão universitária, com trabalhos muito relevantes nesse tripé necessário e fundamental para qualquer universidade, que é o tripé do ensino, da pesquisa e da extensão.

Dessa forma, ficamos muito felizes com a nomeação e escolha de D. Joaquim Mol para a reitoria da nossa querida PUC Minas, que hoje contou,

para a nossa alegria, com a presença de ex-Reitores, o Prof. Geraldo Magela, hoje coordenando o trabalho da UNA em Belo Horizonte, e do ex-Reitor Padre Lázaro. Os Padres Lázaro e Geraldo Magela são contemporâneos de reitoria, quando ainda integravam as hostes do DCE da PUC Minas, e foram sucedidos pelo Prof. Tacão, que vai para o seu campo de atuação, a odontologia, aliás, em outro país.

Dessa forma, gostaria de congratular-me com toda a diretoria da PUC Minas, com seus professores, servidores e estudantes.

A PUC Minas hoje integra, de maneira definitiva, o ensino superior no Estado de Minas Gerais, sendo talvez até reconhecida como a universidade privada de melhor conceito em nosso país. Orgulho-me muito de ser um filho da PUC, assim como também o sou da UFMG, que completa 80 anos. Aliás, tive oportunidade de cursar ciências sociais nessa importante universidade, que será homenageada nesta Casa, por requerimento apresentado por este Deputado, com apoio do Deputado Carlin Moura.

Então, deixo um afetuoso abraço ao novo Reitor, D. Joaquim Mol, e à nova Vice-Reitora, Profa. Patrícia Bernardes, desejando que Deus continue a iluminar os desígnios, os caminhos, os gestos e as ações dos novos gestores da PUC de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Esta Presidência também faz os mesmos votos do Deputado André Quintão, em nome da Casa, ao novo Reitor, D. Joaquim Mol, e à Vice-Reitora, Profa. Patrícia Bernardes. Que Deus os ilumine nessa nova caminhada.

Também parablenizo a antiga diretoria da universidade, principalmente o Prof. Eustáquio, com que esta Casa teve um grande relacionamento.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, é um prazer retornar das nossas férias, como dizem os jornais. Aliás, tenho aqui a resenha dos jornais que estão falando que estávamos de férias.

O português é uma língua difícil e complicada. É preciso estudarmos mais o português no Brasil.

Trata-se de férias as viagens e reuniões políticas de decisões de assuntos a serem tratados pelos Srs. Deputados? Serão férias o passeio dos jornalistas aqui, pelo ambiente desta Casa, escutando o que falamos, sentados nas cadeiras da Sala de Imprensa? Serão férias acompanhar comitivas de inauguração de obras?

Fico estarecido, às vezes, com o uso do português por alguns companheiros.

Tenho assistido muito, nos finais de noite, ao Observatório da Imprensa, um programa muito bom da TV Cultura em que se faz a análise do desempenho da imprensa, de sua qualidade, do tipo de imprensa que temos.

Como jornalista de profissão, às vezes estranho, Deputado João Leite. Hoje mesmo vejo, preocupado, os jornais. Eles pautavam a Assembléia. Agora, pautam a fala do Governador, antecipam o que ele vai falar e fazer e antecipam o que pensamos.

Todo Presidente da República, todo Governador do Estado tem um porta-voz, mas há aqui, em Minas Gerais, um "porta-pensamento". O pensamento do Governador já foi revelado. Ele vai-se reunir, às 16 horas, com os Líderes, mas o que ele vai fazer já está escrito nos jornais, o "porta-pensamento" já transferiu para a imprensa, já revelou o que o Governador falará. Está escrito nas manchetes. "Pressão de última hora". Deputados voltam de férias.

Férias?! Que férias?! V. Exas., Deputados João Leite e Antônio Júlio, tiveram férias? Não fui à praia e não descansei. Viajei para 11 cidades, reuni-me com centenas e centenas de pessoas e participei de inauguração de obras. Lá estavam os jornalistas, os cinegrafistas, o locutor, o repórter. Estavam eles também de férias? Estavam de férias naquelas solenidades? Eu estava de férias? Não!

Lamento desdizer os companheiros da imprensa. Penso que temos de começar a estudar um pouquinho melhor o português e ter também um pouquinho mais de respeito com os poderes instituídos. Perdoem-me.

Eu estava na Alemanha, andando com um filho de um Diretor de uma fundação. Todas as vezes que lhe perguntava sobre algum aspecto de administração pública, ele me respondia: "O meu representante pensa assim, o meu representante disse isso".

Nos países mais evoluídos, onde a cultura é um pouquinho mais avançada, as pessoas têm orgulho de seus representantes. Aqui o que vemos é a execração pública dos representantes do povo; é a tentativa de transformar em lama toda a política brasileira: o Executivo e o Legislativo. Mas, com o Judiciário não, porque eles têm medo. Só quando prendem um Juiz ladrão é que põem no jornal. Se ele estiver preso, se a polícia já descobriu que roubou mesmo, põem isso nos jornais. Preocupa-me essa postura.

O "Estado de Minas" coloca a seguinte manchete: "Pressão de última hora". Fui correndo para a reunião do Colégio de Líderes. Pedi licença ao Presidente da Casa para participar da reunião, embora não seja Líder do meu partido. Disse que gostaria de participar para saber se era verdade o que os jornais estão dizendo aqui. Dizem que iremos ao Governador pedir clemência para não vetar. Ora, somos um Poder; não somos um órgão. Não faremos o papel feio que fez o Ministério Público ao pedir pelo amor de Deus ao Governador para vetar projeto.

Esta Casa tem de se fazer respeitar. Não pode se subjugar dessa maneira. Uma Assembléia que representa o povo de um Estado não pode se comportar como um órgão de governo, que tem de pedir bênção sim, porque não tem o poder de votar nem o poder de vetar. Temos o poder de votar e também de derrubar veto, se houver, do Executivo.

Por que poderíamos tomar essa atitude? Saí do Colégio de Líderes aliviado. Esse assunto do Projeto de Lei Complementar nº 17 não está na pauta da conversa com o Governador. Mas, para a imprensa, até o que faremos, falaremos ou o que estamos pensando, ou que o Governador vai fazer ou está pensando em fazer, já está na pauta. Está aqui, nos jornais.

Meu querido jornalista Eliseu Lopes, um dos mais respeitados e que mais estimo nesta Casa, até por antiguidade de amizade, escreve uma bela notícia. Mas o mancheteiro do jornal "Hoje em Dia" coloca uma manchete diferente do que está no texto: "Governador antecipa hoje veto parcial". Não estão dizendo o que o Governador vai fazer? Não estão antecipando o que vai fazer o Governador? Posso antecipar, por mim, porque antecipei, como os Deputados Antônio Júlio e Doutor Viana viram, que essa matéria é questão de honra porque traz controles sociais para a melhoria do desempenho do Ministério Público.

Mas não vi em nenhuma matéria de nenhum jornal ou emissora de televisão, em nenhum instante sequer, uma análise a respeito dos vários artigos desse projeto de lei complementar. Vi que falaram apenas a respeito de um artigo. Nem aos 15% de aumento dado aos Promotores de

Justiça, que ultrapassa os tetos nacional e estadual, fizeram menção. E eles ganharão mais do que os Juizes. Nem a esse aspecto a imprensa fez menção.

Mas que absurdo! Tantos artigos em um projeto de lei complementar tão debatido durante mais de 90 dias nesta Casa e nas comissões, e com definição em Plenário com 52 votos na primeira votação e 48 votos na segunda, e não falam nada a respeito dos vários artigos do projeto de lei complementar.

Quem assistiu à Rede Vida nesse final de semana deve ter presenciado um debate interessantíssimo entre o Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o nosso Deputado Lafayette de Andrada, relator do projeto, e o Presidente da Associação Brasileira do Ministério Público. Este leu artigo por artigo da lei aprovada por esta Casa e disse, textualmente, na única emissora de televisão que se deu ao trabalho de fazer um debate aberto e amplo com mais de uma hora de duração, que o projeto estava muito bom e que não tinha nada demais nele.

Ele disse que só havia um probleminha, pois estavam elevando uma comarca de categoria, o que não é próprio da Assembléia fazer, mas também não é próprio do Ministério Público. E é originário do Ministério Público o pedido de elevação dessa comarca, o que é ilegal, pois quem tem esse tipo de iniciativa é o Poder Judiciário, não o Poder Legislativo. E o mantivemos, para não exacerbar mais os ânimos que já estão exacerbados no Ministério Público.

Quem está fazendo a guerra no Brasil inteiro é o Ministério Público, não somos nós. A Assembléia está cumprindo a sua obrigação e sua função de colocar controles nos exageros do Ministério Público. Não estamos fazendo nada demais, Sr. Presidente e senhores jornalistas. A maioria não leu o projeto; se o leu, não o analisou; se o analisou, não escreveu a seu respeito, mas apenas a respeito de um dos seus artigos. E escreveram de forma incorreta, do ponto de vista do português e legal. Ninguém quer privilégio. Nenhum Deputado quer privilégio. O que o Deputado não quer é essa perseguição sistemática dos membros do Ministério Público do interior aos Prefeitos, alguns dos quais, por acaso, tornaram-se Deputados.

Tem condições de Luiz Tadeu Leite ir a Pirapora, terça-feira, prestar informações à Justiça? Tem condições de Getúlio sair daqui e ir à Teófilo Ottoni falar com a Justiça, deixando o seu serviço aqui? Por que apresentou essa questão de privilégio, de forma tão esdrúxula? Que privilégio é esse? Ninguém tirou a iniciativa de processar de ninguém.

O Ministério Público continua com as mesmas prerrogativas de processar quem quiser. Só terá de pagar por isso. Terá de publicar no jornal que está fazendo o processo; terá 90 dias de prazo para terminar o inquérito civil público; e terá de pagar as custas e os honorários quando perder a ação. Assim saberá quanto custa para cada um que é processado indevidamente. Noventa por cento dos processos caem: 80% caem no Tribunal de Justiça e os outros, no STF. Mas alguém tem de pagar por isso. A sociedade não pode sustentar pessoas que, em seu nome e na sua suposta defesa, jogam na lama o nome de homens e mulheres de bem.

Vejam o caso daquela escola em São Paulo em que um casal foi acusado pelo Ministério Público de aliciar e fazer sexo com menores. Anos mais tarde ficou provado que era tudo mentira. O casal se desestruturou. Um filho deles se suicidou. Eles foram à falência e passaram necessidades por causa de uma denúncia falsa.

É contra isso, Sr. Presidente, que os Deputados, em sua maioria quase absoluta - não digo absoluta porque não estavam todos na Casa -, aprovaram um novo projeto de lei criando controles sociais para a ação do Ministério Público. E lamento que não tenhamos tido os votos do PT, porque sei que o partido gosta e fala todo o tempo em estabelecer controles sociais. Toda vez que sobe alguém do PT à tribuna ou vai a alguma comissão, é para falar da necessidade de controle social sobre as ações do governo, do Poder Executivo, sobre as creches, sobre o Prefeito, sobre o Poder Legislativo. Sim. O que fizemos? Estabelecemos controles sociais para um órgão do Poder Executivo, que é o Ministério Público. Repito: um órgão do Poder Executivo. Não fica claro em nenhuma matéria de nenhum jornal que se trata de apenas um órgão, que não é do Judiciário, que é do Poder Executivo, cuja função é ser advogado dos interesses do povo, mas que não tem o direito de tornar-se árbitro da moral humana.

Caro Líder e ex-Presidente Deputado Antônio Júlio, os moralistas estão em apuros porque, de repente, uma dúzia de Deputados resolveram não aceitar essa situação, e a maioria - mesmo não dizendo - resolveu bater palmas pelo controle social do Ministério Público.

A reunião com o Governador decorre neste momento. Claro que entendemos a situação esdrúxula e difícil criada pelo Ministério Público em âmbito nacional e sobretudo mineiro, com a pressão da imprensa para que o Governador se oponha ao projeto para ficar bem com o Ministério Público.

Fui à reunião de Líderes. E é bom que se registre para toda Minas Gerais por meio da TV Assembléia que lá em nenhum momento foi dito que se discutiria com o Governador o Projeto de Lei Complementar nº 17. Em nenhum instante se falou que a Assembléia seria subalterna, genuflexa, ia-se ajoelhar perante o Governador como o Ministério Público se ajoelhou para pedir para vetar o projeto.

Temos autonomia, e esta Casa se alevanta. E, ao se alevantar, agiganta-se, porque passa a representar o sentimento mais forte, mais íntimo das pessoas íntegras que compõem a melhor parte da sociedade mineira e brasileira.

Sr. Presidente, posso ter problemas lá na frente - já os tive no passado - de perseguição sistemática do Ministério Público. Posso ter problemas lá na frente, mas a minha voz não se calará nem um minuto sequer a respeito desse assunto.

Já disse aqui, na última reunião, que, em havendo veto, e quero acreditar que não haja, meu voto será aberto. Vou digitar e pedir para revelar meu voto. Derrubarei o veto, só não derrubarei aquela parte em que o próprio Ministério Público tentou ser Poder Judiciário, elevando a Comarca de Nova Serrana, parece-me. Só nessa parte é que, se houver veto, não darei palpite, mantereirei o veto por uma questão de escrúpulo. Fomos tão atingidos e prejudicados pela campanha sistemática de mídia, feita pelo Ministério Público, que, por questão de escrúpulo, não precisaremos nos envolver nessa parte. Nós a deixaremos como está.

Sr. Presidente, quero revelar aqui a minha felicidade. Posso encerrar a minha carreira pública em razão de inúmeros telefonemas, de cumprimentos e de "e-mails" recebidos de Delegados de Polícia, de Juizes de Direito, de advogados, de juristas de renome, de Presidentes do Lions e do Rotary, de grão-mestres de lojas maçônicas, de pessoas íntegras e probas que nos cumprimentam pela atitude que estamos tomando. Tudo isso me dá muita felicidade e alegria.

Mais alegria ainda, Sr. Presidente, dá-me o fato de que ao chegar a minha cidade, um Promotor de Justiça, que não é desses "holofotários" nem juvenis, deu-me ganho de causa em mais uma ação. Eu havia ganhado 28 das 48 que tinha. Ganhei mais uma esta semana. O próprio Promotor pediu arquivamento do processo. Esse é um Promotor que, como a maioria deles, merece a minha homenagem.

As pessoas pensam que estamos contra o órgão Ministério Público - não se trata de um Poder, mas de um órgão, deixei isso bem claro para a população, é um simples órgão do Poder Executivo -, mas estamos apenas, Sr. Presidente, tentando colocar as coisas nos devidos lugares.

Lembro-me de que, quando aqui cheguei, no início de fevereiro, uma jornalista me perguntou que tipo de projeto de lei eu apresentaria nesta legislatura. Disse a ela que responderia tal como diria o renomado jurista mineiro Aristóteles Atheniense, como tem feito em quase todas as suas palestras: "Quanto mais leis temos, menos direitos criamos". Disse à jornalista que me preocuparia com a revisão da legislação existente, em agregar alguma coisa aos projetos em andamento. Não me caberiam novas propostas, até por falta de prática e por inexperiência nesta Casa, porque estou chegando agora, embora tenha adquirido grande experiência no Congresso Nacional. Minha preocupação é tentar escoimar os vícios da nossa legislação, tentar acertá-la. O Brasil não precisa de mais leis, porque temos leis demais. Há um festival, um amontado de leis. É uma coisa maluca. Advogado, como eu, se quiser voltar a advogar, não conseguirá fazê-lo. Se ficou dois ou três anos fora da advocacia, terá mais de 250 leis para interpretar, para tentar trabalhar com elas.

O que me preocupa, Sr. Presidente, é que, parece, pessoas responsáveis, principalmente pela formação da opinião pública, não estão fazendo opinião pública, mas opinião publicada, de interesse de uma pessoa, órgão ou entidade. O que me preocupa é a formação do caráter dos nossos jovens. Como formar nossos jovens e crianças com tanta desinformação? Será que não dói no nosso coração fazer o absurdo que fizeram os jornais de Minas Gerais, ao longo desses três meses, na tentativa de proteger o Ministério Público dos seus exageros?

Perdoem-me, sou jornalista e acho que, por ser jornalista, tenho a obrigação de não concordar e pedir a esses jornalistas que peitem seus chefes e não aceitem a pauta colocada de só dar aquela notícia que o chefe quer e do jeito que o chefe quer. Peitem. Respeitem a liberdade de imprensa. Respeitem a Lei nº 5.250 e todos os aditivos que ela possa ter, inclusive o seu processamento no Código Penal. Respeitem a sociedade brasileira. Respeitem também o Parlamento porque é o Parlamento a única casa de resistência para a manutenção da democracia.

Sr. Presidente, fico estranhado e avexado quando vejo um colega submeter-se à pauta porca do dono do jornal, de interesses subalternos e mesquinhos. Preocupa-me essa situação. Sei que pagarei caro por dizer as verdades que digo, mas sei também que tenho três anos e meio ainda para falar. E continuarei falando.

Na hora em que for preciso elogiar, elogiarei, mas, na hora em que for preciso, criticarei. Vou perseguir a verdade e lutarei pela verdade. Não é apenas o desejo de estar aqui falando todo dia que me impulsiona. O que me impulsiona é o amor forte pela minha terra, pela minha cidade, pelo meu Estado e pelo meu País. Perdoem-me se exagerei.

Sr. Presidente, ao final, agradecendo a paciência de V. Exa. em me conceder mais alguns minutos, aproveito para pedir publicamente providências do Sr. Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais porque na minha terra está acontecendo um fato curioso. Algumas pessoas estão ameaçando o Presidente do PSDB, que não é o meu partido, escrevendo nos muros: "Morra Paulo Viana", "Fora daqui, traira". O Paulo Viana é assessor do Governador Aécio Neves e trabalha em Teófilo Otôni junto à Copasa. Algumas pessoas não gostam dele. Chegaram ao ponto de praticar coisas que nunca aconteceram na minha cidade: ameaças públicas escritas em muros da cidade.

Fui ao Delegado Regional de Segurança Pública para pedir providências. Daqui do Plenário vou protocolar requerimento solicitando providências ao Sr. Chefe de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. O Governador Aécio Neves estará em Teófilo Otôni no próximo dia 9, e gostaria que esse assunto fosse antes esclarecido e os autores dessa ameaça pública fossem encontrados rapidamente. Gostaríamos que na visita do Governador já estivéssemos sem esse drama na cidade.

Daqui, publicamente, da TV Assembléia, vai o meu apoio ao Paulo Viana, Presidente do PSDB, que é meu adversário e não gosta de mim, mas que respeito como pessoa humana e a quem quero bem. Não aceito que na minha cidade se pratique esse tipo de ameaça pública. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 6/8/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Ademir Lucas

exonerando Marília Fernandes Pinheiro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Rejane Rizzuto Vieira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando Eunice Batista Pacheco do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando Frederico Rocha Coelho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

exonerando Jaques Alberto Lage do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

exonerando Jó Luiz Corrêa do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

exonerando João Rodrigues Lopes do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

exonerando José Eduardo Dantés Lodi do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando José Eugênio Sena Souto do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;

exonerando Juliana Mendes de Moura do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas;

exonerando Luiz Fernando Dayrell Álvares do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

exonerando Marília Mundim Ribeiro Costa Luiz Lobato do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando Naiara Rosa Peres do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando Olimpio de Moura Dayrell do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;

exonerando Osmar Pereira Leitão do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Ronaldo Andrade e Sousa do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

exonerando Ronaldo Ferreira de Moraes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando Rosângela Aparecida Leite do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando Waldemar Araujo de Melo do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Aguimar de Barros Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Artur Emílio Proença de Araújo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Eunice Batista Pacheco para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Frederico Rocha Coelho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Jaques Alberto Lage para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Jó Luiz Corrêa para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando João Rodrigues Lopes para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando José Eduardo Dantés Lodi para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando José Eugênio Sena Souto para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;

nomeando Juliana Mendes de Moura para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 4 horas;

nomeando Luiz Fernando Dayrell Álvares para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Marília Mundim Ribeiro Costa Luiz Lobato para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Naiara Rosa Peres para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Olimpio de Moura Dayrell para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas;

nomeando Osmar Pereira Leitão para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

nomeando Ronaldo Andrade e Sousa para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Ronaldo Ferreira de Moraes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Rosângela Aparecida Leite para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Vilmar José Luiz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Waldemar Araujo de Melo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 3/8/07, que nomeou Evandro Felizberto dos Reis para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-23, 4 horas;

nomeando Marilda do Perpétuo Socorro para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Álvaro Miranda Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PP;

exonerando Rejane Rizzuto Vieira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança

do BSD;

nomeando Liuton Pereira de Vasconcelos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PP;

nomeando Marília Fernandes Pinheiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

nomeando Suzirley Tomas Pereira Alves para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PV;

nomeando Thaís Angelica Madureira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mecanográfica & Laser Ltda. Objeto: locação de uma máquina envelopadora, incluída a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica e fornecimento de cola. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação com manutenção do preço. Vigência: 12 meses entre 23/8/2007 e 22/8/2008. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elevadores Atlas Schindler S.A. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 12 elevadores, com fornecimento de peças e componentes e adequação de 7 cabinas de elevadores Atlas. Dotação orçamentária: 33903900 e 33903000. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Concorrência nº 5/2006.

TERMO DE RESCISÃO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Odontologia Integra (Wagner Lemos Alvim). Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão do credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Grupo de Odontologia Ouro Preto S/C Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: distrato do credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Clínica Odontológica Qualidente Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: junho de 2007 a junho de 2012. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ABC Táxi Aéreo S.A. Objeto: prestação de serviços de hangaragem e de assistência técnica de Aeronave Xingu. Objeto deste aditamento: terceira prorrogação contratual e reajustamento do preço. Vigência: 3/9/2007 a 2/9/2008. Dotação orçamentária: 33903900.